



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 11, novembro 2006. 43 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 156,9 milhões em novembro, contra superávit de R\$ 7,4 bilhões em outubro. O Tesouro Nacional e o Banco Central contribuíram para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 29,9 milhões, respectivamente, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 2,9 bilhões. No ano, o superávit do Governo Central atinge R\$ 55,7 bilhões (2,94% do PIB), contra R\$ 56,8 bilhões (3,23% do PIB) em igual período do ano anterior. O déficit da Previdência Social cresceu 30,5% no período, de R\$ 30,7 bilhões (1,74% do PIB), até novembro de 2005, para R\$ 40,0 bilhões (2,11% do PIB), em 2006, em boa medida devido à antecipação, para setembro, de metade do 13º salário dos beneficiários do RGPS, ao passo que no ano anterior o pagamento desse benefício foi concentrado no último mês do ano. Não obstante, o resultado do Governo Central até o momento está em linha com a programação financeira do Tesouro Nacional para cumprimento das metas fiscais do exercício.

Até novembro, o superávit do Governo Central atinge 2,94% do PIB, em linha com a programação financeira para cumprimento das metas fiscais do exercício.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-NOV: %		
DISCRIMINAÇÃO	2005/2004	2006/2005
Receitas	16,2%	12,3%
Tesouro	16,4%	11,8%
Previdência	15,5%	14,2%
Transferências	22,0%	11,8%
Receita Líquida	15,1%	12,4%
Despesas	16,3%	15,1%
Benefícios	16,8%	18,2%
Pessoal	10,9%	13,2%
Custeio e Capital	20,9%	12,9%
PIB estimado	9,8%	7,7%

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2006	NOV 2006	JAN-NOV 2005 2006	
I. RECEITA TOTAL	46.788,6	42.707,2	432.557,0	485.637,0
I.1. Receitas do Tesouro	36.352,6	32.097,0	338.315,3	378.122,5
I.1.1. Receita Bruta (1)	38.145,5	33.471,3	351.416,9	389.454,5
I.1.2. (-) Restituições	-1.792,9	-1.374,3	-13.101,6	-11.332,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.314,5	10.414,5	92.947,5	106.129,1
I.3. Receitas do Banco Central	121,5	195,7	1.294,3	1.385,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.453,2	9.357,3	74.670,0	83.494,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	40.335,4	33.349,9	357.887,1	402.142,8
IV. DESPESA TOTAL	32.941,1	33.506,8	301.061,2	346.421,4
IV.1. Despesas do Tesouro	19.455,4	20.039,8	175.896,9	198.762,4
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.414,8	9.208,6	81.336,1	92.045,9
IV.1.2. Custeio e Capital	10.987,8	10.758,4	94.042,3	106.132,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.598,8	1.025,3	10.969,8	13.491,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	602,6	602,9	7.098,2	5.877,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.030,1	1.035,1	8.404,7	10.601,7
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.756,2	8.095,1	67.569,5	76.162,4
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	52,8	72,8	518,4	583,6
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.357,8	13.301,2	123.609,6	146.139,3
IV.3. Despesas do Banco Central	127,9	165,8	1.554,7	1.519,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.394,2	-156,9	56.825,8	55.721,4
V.1. Tesouro Nacional	10.443,9	2.699,9	87.748,4	95.865,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.043,3	-2.886,7	-30.662,2	-40.010,2
V.3. Banco Central (4)	-6,4	29,9	-260,4	-134,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,23%	2,94%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

No mês, o resultado do Governo Central foi inferior ao de outubro devido à conjunção de três fatores principais: as receitas caíram por fatores sazonais; as transferências aos entes subnacionais subiram 45% refletindo o nível de arrecadação elevado de outubro; e as despesas do Tesouro subiram, especialmente pessoal e encargos sociais.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	24,56%	25,60%
Transferências	4,24%	4,40%
Receita Líquida	20,32%	21,20%
Despesa Total	17,09%	18,26%
Resultado Primário	3,23%	2,94%

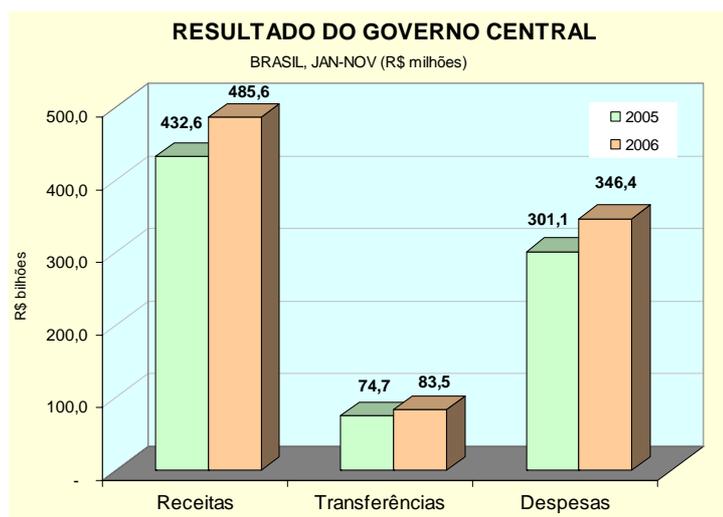
As receitas do Tesouro (líquidas de restituições) caíram R\$ 4,3 bilhões (11,7%) relativamente a outubro. Houve redução na arrecadação de impostos e contribuições (R\$ 2,7 bilhões) e demais receitas (R\$ 2,0 bilhões) por motivos sazonais: em outubro, houve o recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, período de referência julho-setembro; igualmente, naquele mês, houve o recolhimento da participação especial (compensações financeiras) com base no mesmo trimestre de referência. As transferências a estados e municípios, que têm por base em grande medida a arrecadação do IR e das compensações financeiras do mês anterior, cresceram R\$ 2,9 bilhões em novembro (45,0%). Além da receita, esse aumento nas transferências ocorreu devido ao pagamento da primeira parcela do auxílio financeiro adicional, no âmbito da MP nº 328/2006, no valor de R\$ 975,0 milhões, sem contrapartida no mês de outubro.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	4,98%	5,05%
Previdência Social	-1,74%	-2,11%
Banco Central	-0,01%	-0,01%
Governo Central	3,23%	2,94%

Por sua vez, as despesas do Tesouro cresceram R\$ 584,3 milhões (3,0%) no mês, com destaque para o aumento de R\$ 793,7 milhões nos gastos referentes à rubrica de pessoal, principalmente pelo pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo recolhimento integral dos encargos incidentes (IR e CPSS) sobre a gratificação dos servidores públicos federais. Assim, a maior parte do aumento observado em pessoal e encargos sociais no mês de novembro não afeta o resultado do mês, dado que se converteu em tributos (IRRF-Trabalho e CPSS) para a União. As despesas de custeio e capital, por outro lado, caíram R\$ 229,4 milhões, em função da redução das despesas relacionadas ao FAT.

O crescimento das receitas tributárias do Governo Central em 2006 decorre sobretudo da implementação de medidas para recuperação de créditos e do desempenho econômico dos setores de petróleo e minerais metálicos.



No ano, a receita do Tesouro Nacional tem crescido relativamente menos (11,8%, contra 16,4% até novembro de 2005), porém acima do crescimento estimado para o PIB do período (7,7%). As medidas que o governo vem adotando desde o ano passado para estimular o investimento têm contribuído para redução da

arrecadação de alguns tributos, sobretudo do IPI. Por outro lado, o desempenho de alguns setores da economia, em especial petróleo e extração de minerais metálicos, tem elevado a arrecadação. Somem-se ainda os ganhos obtidos com a Medida Provisória nº 303/2006 (Paex), a qual propiciou a arrecadação de débitos em atraso da ordem de R\$ 2,2 bilhões entre agosto e novembro, sem correspondência no ano passado. Cabe salientar o aumento no pagamento de dividendos das empresas nas quais a União possui participação acionária, com destaque para a Petrobras e para as empresas financeiras (Banco do Brasil, Caixa e BNDES).

As transferências a estados e municípios, por sua vez, totalizaram R\$ 83,5 bilhões no ano, cerca de 4,40% do PIB, contra R\$ 74,7 bilhões, ou 4,24%, em igual período do ano passado. O bom desempenho da arrecadação do IR e da cota-parte de compensações financeiras no ano explica boa parte desse desempenho. Ademais, a edição da medida provisória nº 328, de 01/11/2006, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País, contribui ainda mais para esse aumento. A medida estipula um repasse total de R\$ 1,95 bilhão, tendo sido transferida no mês de novembro a primeira parcela, no valor de R\$ 975,0 milhões. As demais parcelas, de R\$ 487,5 milhões, serão repassadas até o final do exercício.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 198,8 bilhões, contra R\$ 175,9 bilhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 22,9 bilhões (13,0%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,49 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,23 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,26 ponto percentual). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 10,7 bilhões (13,2%) e R\$ 12,1 bilhões (12,9%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT, em R\$ 2,5 bilhões (23,0%), dos benefícios da LO-AS/RMV, em R\$ 2,2 bilhões (26,1%), e nas subvenções aos fundos regionais (FNE, FCO e FNO), em R\$ 690,3 milhões (54,5%), em função do provisionamento crescente de sua carteira de crédito inadimplente.

As receitas da Previdência Social (RGPS) também apresentam desempenho positivo este ano, com crescimento de 14,2% em relação a igual período de 2005. Esse crescimento, ligeiramente inferior ao verificado no exercício anterior (15,5%), é explicado por dois fatores: i) repasse de 60% da arrecadação do Simples para o RGPS (contra 40% em 2005); e ii) expansão no mercado formal de trabalho. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 146,1 bilhões até novembro, R\$ 22,5 bilhões (18,2%) acima do verificado em igual período de 2005. Essas despesas representam 7,7% do PIB, em comparação aos 7,0% do exercício anterior. Comparativamente às demais despesas, mesmo ex-

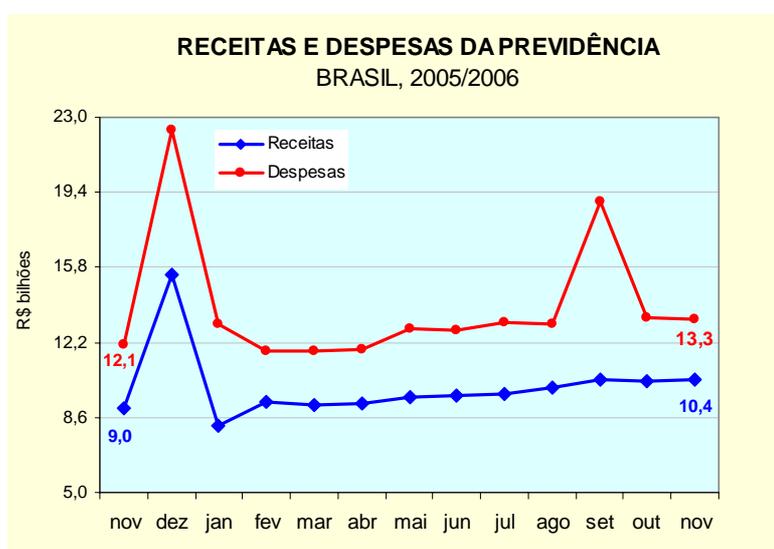
As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 83,5 bilhões no ano, cerca de 4,40% do PIB, contra R\$ 74,7 bilhões, ou 4,24% do PIB, em igual período do ano passado.

As despesas do Tesouro Nacional como proporção do PIB apresentaram elevação de 0,49 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,23 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,26 ponto percentual).

A arrecadação do RGPS aumentou 14,2% este ano devido à melhoria no mercado de trabalho formal e ao aumento da participação da Previdência sobre as receitas do Simples de 40% para 60% a partir de 1º de janeiro de 2006, conforme Lei nº 11.307/2006.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,28%	5,59%
Benefícios	7,02%	7,70%
Resultado Primário	-1,74%	-2,11%

cluindo do cômputo desses gastos o adiantamento de metade do 13º salário, os benefícios previdenciários crescem relativamente mais do que os demais itens de despesa da União. Contribui para isso o aumento no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência dos reajustes do salário-mínimo acima da inflação e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. Além disso, há o crescimento vegetativo dos benefícios pagos. A quantidade total de benefícios emitidos em 2006 atingiu 24,1 milhões no período de janeiro a novembro, contra 23,5 milhões no mesmo período do ano passado, com destaque para os benefícios assistenciais.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 33,5 bilhões em novembro, com redução de R\$ 4,7 bilhões (12,3%) em relação ao mês anterior. Da mesma forma, as restituições caíram R\$ 418,6 milhões, passando de R\$ 1,8 bilhão, em outubro, para R\$ 1,4 bilhão, em novembro.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/06	NOV/06
Impostos	15.900,2	13.859,3
Imposto de Renda	11.918,3	9.673,1
IPI	2.502,1	2.611,0
Outros	1.479,9	1.575,1
Contribuições	17.089,3	16.467,8
Cofins	7.850,6	8.118,1
CPMF	2.733,8	2.755,5
CSLL	2.990,2	1.977,2
Cide - Combustíveis	691,9	702,1
Outras	2.822,8	2.914,9
Demais	5.156,0	3.144,2
Cota parte	3.135,6	783,1
Diretamente Arrecadada	1.103,0	1.299,5
Dividendos da União	2,6	36,6
Pagamento Unificado ²	-	-
Outras	914,8	1.025,0
Total Bruto	38.145,5	33.471,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e retis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Em termos nominais, as principais variações observadas na receita administrada pela Secretaria da Receita Federal foram na arrecadação do IR (decréscimo de R\$ 2,2 bilhões ou 18,8%) e da CSLL (redução de R\$ 1,0 bilhão ou 33,9%). Contribuíram para esse resultado: i) o pagamento, em outubro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, sem correspondência no mês de novembro; ii) o pagamento de juros sobre capital próprio por empresa do setor de combustíveis, reduzindo a base de cálculo desses tributos para o recolhimento em novembro; iii) arrecadação atípica de juros remuneratórios sobre o capital em outubro (R\$ 968 milhões) com relação a novembro (R\$ 227 milhões), relativos a pagamentos efetuados tanto a residentes no País quanto no exterior, afetando a arrecadação de IRRF Capital e Remessas para o Exterior.

As demais receitas apresentaram redução da ordem de R\$ 2,0 bilhões em função, principalmente, da não ocorrência de recolhimento trimestral da participação especial pela produção e extração de petróleo e gás natural, o que implicou diminuição de R\$ 2,4 bilhões no recolhimento da cota-parte de compensações. As receitas com dividendos e concessões não se mostraram significativas, tendo alcançado R\$ 13,1 milhões e R\$ 36,6 milhões, respectivamente. Por fim, a receita diretamente arrecadada teve incremento de R\$ 196,5 milhões, de R\$ 1,1 bilhão, em outubro, para R\$ 1,3 bilhão, em novembro.

No acumulado de 2006, a receita bruta do Tesouro Nacional foi equivalente a 20,5% do PIB, acréscimo de 0,58 ponto percentual em relação à proporção verificada no mesmo período de 2005 (19,9% do PIB).

Em termos nominais, a receita bruta totalizou R\$ 389,5 bilhões, contra R\$ 351,4 bilhões no mesmo período de 2005. O acréscimo de R\$ 38,0 bilhões (10,8%) apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas. Enquanto os dois primeiros cresceram 10,2% e 7,0%, respectivamente, as demais receitas apresentaram elevação de 29,0%.

Verifica-se acréscimo de 8,5% na arrecadação dos impostos e tributos no acumulado do ano de 2006 contra igual período de 2005. Contribuem para esse resultado: i) recolhimento efetuado em conformidade com o estabelecido na MP nº 303/2006 (Paex), cujo valor acumulado no ano soma R\$ 2,2 bilhões; ii) IPI - Automóveis, em função do aumento de 10,3% no volume de vendas no mercado interno; iii) IRPJ e CSLL, devido à retomada do recolhimento regular dos tributos por parte de empresas do setor financeiro, as quais discutiam judicialmente a incidência desses tributos em 2005; iv) IRRF - Remessas ao Exterior, o qual teve crescimento influenciado por arrecadações atípicas relativas a rendimentos remetidos ao exterior nos meses de setembro de outubro de 2006.

As demais receitas apresentaram crescimento significativo em todos os subgrupos. Destaque para: i) incremento na arrecadação com dividendos (R\$ 5,6 bilhões) pagos por empresas em que a União detém participação acionária, especialmente BNDES (R\$ 3,0 bilhões), Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 2,3 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão); ii) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,4 bilhões), refletindo, principalmente, os níveis do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção doméstica; iii) acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (de R\$ 2,4 bilhões), concentrado basicamente no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações pela Anatel; e iv) incremento de R\$ 686,1 mi-

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,32%	8,51%
Imposto de Renda	6,17%	6,35%
IPI	1,35%	1,34%
Outros	0,81%	0,82%
Contribuições	9,38%	9,31%
Cofins	4,53%	4,43%
CPMF	1,51%	1,52%
CSLL	1,38%	1,38%
Cide - Combustíveis	0,40%	0,38%
Outras	1,56%	1,61%
Demais	2,26%	2,70%
Cota parte	0,82%	0,94%
Diretamente Arrecadada	0,64%	0,72%
Dividendos da União	0,23%	0,51%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,00%
Outras	0,41%	0,53%
Total Bruto	19,95%	20,53%

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	641,0	2.265,4
Caixa	503,0	1.100,2
BNDES	775,8	3.041,7
Correios	84,6	299,6
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	41,6
BASA	35,3	126,8
Eletrobrás	0,1	137,8
FND	29,6	15,2
Demais	132,0	180,5
Total	4.042,9	9.679,5

lhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, em razão do recolhimento de R\$ 556,4 milhões de bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no ano anterior.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/06	NOV/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	4.864,4	5.937,8
CIDE-Combustíveis	457,8	-
Desoneração do ICMS	162,5	1.137,5
Demais	968,5	2.282,0
Total	6.453,2	9.357,3

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,19%	3,34%
Constitucionais (CIDE-Combustív	0,10%	0,09%
Lei Complementar nº 115/2002	0,22%	0,17%
Demais	0,73%	0,80%
Total	4,24%	4,40%

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,4 bilhões em novembro contra R\$ 6,5 bilhões em outubro, representando acréscimo de R\$ 2,9 bilhões. A elevação se justifica basicamente pelo aumento da base de cálculo das transferências do FPE e do FPM (de R\$ 10,5 bilhões, em outubro, para R\$ 13,0 bilhões em novembro) em consonância com a evolução da arrecadação nos decêndios que compõem a referida base.

A transferência de recursos ao amparo da Lei Complementar nº 115/2002 e da MP nº 328/2006 alcançou R\$ 1,1 bilhão, volume 600,0% superior ao do mês anterior. Tal aumento é reflexo do repasse adicional de R\$ 975,0 milhões em novembro, sem contrapartida em outubro.

No período de janeiro a novembro de 2006, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,40% do PIB, contra 4,24% em idêntico período de 2005. Em termos nominais, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo da ordem de R\$ 8,8 bilhões (11,8%), quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

As transferências constitucionais cresceram 12,9% (R\$ 7,2 bilhões), em linha com o crescimento das receitas compartilhadas. As transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural cresceram R\$ 1,9 bilhão, refletindo os níveis do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção em território nacional.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	56.130,1	63.349,8
CIDE - Combustíveis	1.776,1	1.781,3
Lei Complementar nº 115/2002	3.940,2	3.209,7
Demais	12.823,6	15.153,4
Total	74.670,0	83.494,3

Por outro lado, houve redução de R\$ 730,5 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002. Essa diminuição é reflexo da inexistência, até o final de outubro, de transferências referentes ao auxílio financeiro a estados exportadores. Ressalta-se que os desembolsos referentes à medida provisória nº 328/2006, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, foram iniciados em novembro. As duas parcelas restantes, no valor de R\$ 487,5 milhões cada, serão repassadas no exercício de 2006.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,0 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 584,3 milhões (3,0%) relativamente a outu-

bro. O principal aumento ocorreu nos gastos sazonais com pessoal e encargos de R\$ 793,7 milhões (9,4%), o qual foi compensado, em parte, pela diminuição nas despesas de custeio e capital no montante de R\$ 229,4 milhões (2,1%). Registre-se que essa redução está associada à queda no volume de dispêndios com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no valor de R\$ 573,6 milhões (35,9%), não obstante ter-se observado aumento das outras despesas de custeio e capital (R\$ 338,9 milhões, 4,4%).

Os gastos com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 9,2 bilhões em novembro, contra R\$ 8,4 bilhões no mês anterior. Esse incremento decorreu, principalmente, pelo pagamento sazonal da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo recolhimento total dos encargos incidentes (IR e CPSS) sobre a gratificação dos servidores públicos federais.

Os dispêndios no âmbito do FAT totalizaram R\$ 1,0 bilhão em novembro, com redução de R\$ 573,6 milhões em relação a outubro. No mês, verificou-se queda de cerca de R\$ 480,0 milhões nas despesas com abono salarial, em função do atraso na aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional, o que ocorreu em dezembro, repercutindo, assim, nas despesas desse mês.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, os dispêndios totalizaram R\$ 602,9 milhões, permanecendo no mesmo patamar do mês anterior (ligeiro aumento de R\$ 24,2 milhões). A estabilidade dessa rubrica ocorreu a despeito da queda nos dispêndios no Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF) no montante de R\$ 91,7 milhões, em função do retorno líquido da venda de produtos agrícolas de R\$ 49,9 milhões em novembro, contra dispêndio líquido de R\$ 41,9 milhões no mês anterior.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 8,1 bilhões em novembro, contra R\$ 7,8 bilhões no mês anterior, apresentando incremento de R\$ 338,9 milhões. Houve realização de R\$ 1,1 bilhão relativos à execução de créditos extraordinários em novembro, contra R\$ 558,0 milhões no mês anterior. As despesas discricionárias, inclusive as despesas do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) não passíveis de dedução da meta de superávit primário, apresentaram queda, em novembro, de R\$ 91,4 milhões relativamente a outubro. A execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 265,3 milhões no mês, registrando decréscimo de R\$ 53,8 milhões em relação a outubro.

No acumulado até novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,48% do PIB, contra 9,99% no mesmo período do ano anterior. Em termos

Em novembro, a variação nos dispêndios do Tesouro Nacional deveu-se, principalmente, ao aumento sazonal das despesas de pessoal e encargos sociais.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/06	NOV/06
Pessoal e Encargos	8.414,8	9.208,6
Custeio e Capital	10.987,8	10.758,4
Despesas do FAT	1.598,8	1.025,3
Subsídios e Subvenções /1	602,6	602,9
LOAS/RMV	1030,1	1035,1
Outras	7.756,2	8.095,1
Transferência ao Bacen	52,8	72,8

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPEAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/06	NOV/06
Sentenças Judiciais	20,5	27,6
Legislativo/Judiciário	388,1	367,9
Crédito Extraordinário	558,0	1.125,2
Projeto Piloto de Investimento/3	319,1	265,3
Outras Obrigatórias/1	148,2	78,1
Discricionárias/2	6.322,4	6.231,0
d/q Min. da Saúde	2.642,3	2.881,1
Min. Da Ciência e Tec.	162,1	323,5
Min. do Des. Agrário	117,3	156,1
Min. do Orçamento e Gestão	40,5	29,2
Min. da Integração Nacional	63,1	49,7
Min. da Defesa	461,8	425,3
Min. das Rel. Exteriores	111,5	55,8
Min. dos Transportes	235,1	164,0
Min. do Des. Social	995,7	824,7
Demais	1.493,1	1.321,7
Total	7.756,2	8.095,1

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAPE e integração de cotas de organismos internacionais.

/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.

/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

nominais, houve aumento de R\$ 22,9 bilhões (13,0%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (7,7%). Destacam-se os incrementos de R\$ 12,1 bilhões (12,9% ou 0,26% ponto percentual do PIB) nos gastos com custeio e capital e de R\$ 10,7 bilhões (13,2% ou 0,23 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,62% do PIB, em 2005, para 4,85% do PIB, em 2006, com incremento de 0,23%. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 2,7 bilhões (0,06 ponto percentual do PIB). Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de R\$ 2,7 bilhões, pagos pelas Justiças Federais e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 1,9 bilhão no mesmo período de 2005. Verificou-se o incremento de R\$ 8,0 bilhões (0,17 ponto percentual do PIB) no âmbito do Poder Executivo. O crescimento desta rubrica decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,62%	4,85%
Custeio e Capital	5,34%	5,59%
Despesas do FAT	0,62%	0,71%
Subsídios e Subvenções /1	0,40%	0,31%
LOAS/RMV	0,48%	0,56%
Outras	3,84%	4,01%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,34% para 5,59% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,18 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,09 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,08 p.p. do PIB).

As despesas do FAT atingiram R\$ 13,5 bilhões até novembro de 2006, contra R\$ 11,0 bilhões em igual período do ano anterior, tendo crescido R\$ 2,5 bilhões (23,0%) comparativamente ao período janeiro a outubro de 2005 (variação de 0,09 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e da ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego para os setores calçadista, de móveis em madeira e máquinas e equipamentos agrícolas a partir de julho de 2006 (Resolução Codefat nº 500, 501 e 502, de 18/07/2006). Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e na parcela do abono salarial referente ao exercício de 2006/2007, este último, conforme Resoluções Codefat nºs 499, de 29/06/2006.



As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 2,2 bilhões (26,1%) em relação ao acumulado até novembro de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário-mínimo em 2006 e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foi destinado aos idosos e 1,3 milhão aos portadores de deficiência.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2006**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-nov/05	2.164.204		997.066		1.167.138	
média jan-nov/06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 5,9 bilhões no período de janeiro a novembro de 2006, apresentando queda de R\$ 1,2 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações em relação ao ano anterior foram: i) queda de R\$ 1,1 bilhão no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em função do retorno líquido de R\$ 1,2 bilhão em 2006, contra R\$ 113,3 milhões verificados no ano anterior; ii) decréscimo de R\$ 543,2 milhões no âmbito do Programa de Saneamento de Ativos (Pesa), em função da maior parte do estoque da baixa de ativos provocada por registros na Dívida Ativa da União ter sido registrada em 2005, retornando o fluxo do número de inscrições para níveis menores em 2006; iii) apropriação dos subsídios relativos à securitização agrícola no montante de R\$ 896,0 milhões até novembro de 2005, sem contrapartida em 2006; iv) aumento de R\$ 690,3 milhões nas subvenções aos fundos regionais, reflexo do maior provisionamento face o nível de inadimplência da carteira, e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005; v) incremento de R\$ 529,2 milhões nas despesas com o Programa Garantia de Sustentação de Preços em relação ao ano anterior, sendo que os principais produtos foram algodão, arroz, milho e trigo; vi) aumento de R\$ 291,4 milhões com reordenamento de passivos, em decorrência da capitalização da Emgea no montante de R\$ 1,5 bilhão em 2006, ante R\$ 1,2 bilhão, em 2005.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 2,2 bilhões em 2006, contra R\$ 603,1 milhões em 2005. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 2,4 bilhões, sendo que R\$ 1,8 bilhão referente a restos a pagar de 2005. Os principais projetos executados até novembro foram Adequação de Rodovias (R\$ 247,9 milhões), Recuperação de Rodovias (R\$ 217,7 milhões) e Ferrovias (R\$ 113,1 milhões).

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 3,8 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 171,9% superior ao e-

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006 ²
Agricultura	3.955,8	3.109,6
Custeio Agropecuário	150,1	160,2
Investimento Rural	267,3	428,3
Preços Agrícolas	806,5	1.083,6
- EGF	6,2	2,6
- AGF	611,7	363,1
- Sustentação de preços	188,6	717,9
Pronaf	594,5	737,5
Pesa	833,7	290,5
Cacau	0,0	1,1
Securitização	896,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	407,6	408,4
Outros	685,1	-670,9
Habituação (PSH)	256,6	284,8
FND	-113,3	-1.234,1
Exportação (Proex)	541,7	278,4
Total	4.640,9	2.438,7

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

/2 Dados revisados

**PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO - PPI
Brasil, Jan-Nov (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	LOA + Crédito	Resto a pagar	Total
Recuperação de Rodovias	217,7	584,8	802,5
Portos	3,3	89,3	92,5
Ferrovias	113,1	140,5	253,6
Metrô Salvador	8,0	74,2	82,2
Metrô BH	0,0	40,4	40,4
Metrô Fortaleza	29,2	78,9	108,1
Corredor Tiradentes (SP)	12,4	54,2	66,5
Estudos Geológicos	6,7	18,5	25,2
Modernização da Receita Federal	10,8	78,7	89,5
Transferência de Perímetros	5,9	30,1	36,0
Projetos	13,3		13,3
Total	669,6	1.758,1	2.427,7

* Corresponde ao total de Projeto Piloto de Investimento Público, incluindo a parcela não passível de redução do resultado primário e classificada na rubrica de despesas discricionárias.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL - JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	701,3	996,3
Legislativo/Judiciário	3.445,0	3.935,7
Crédito Extraordinário	1.410,0	3.832,4
Projeto Piloto de Investimento ³	603,1	2.243,2
Outras Obrigatórias ¹	1.215,1	771,3
Discricionárias ²	60.195,0	64.383,5
d/q Min. do Desen. Social	5.425,4	8.296,7
Min. da Saúde	29.440,4	30.492,1
Min. da Educação	5.822,6	6.415,3
Min. da Integração Nacional	517,3	819,7
Gab. da Pres. da República	509,3	736,5
Min. do Turismo	254,4	418,3
Min. da Previdência Social	1.142,7	786,3
Min. da Fazenda	1.501,2	1.141,0
Min. da Defesa	4.099,7	3.726,8
Demais	11.481,9	11.551,0
Total	67.569,5	76.162,4

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.

³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LO-2006).

executado em 2005. As Medidas Provisórias de impacto financeiro em 2006 destinaram-se ao atendimento de demandas em diferentes Ministérios, tais como: realização de obras e serviços em corredores estratégicos de transportes do Brasil, promoção da obtenção de imóveis rurais para reforma agrária, indenização a familiares de mortos e desaparecidos em atividades políticas, Programa Brasil Escolarizado, segurança pública nas rodovias federais, concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não-gratuito, manutenção de hospitais das Forças Armadas, adestramento e operações militares da Aeronáutica, gestão da participação em organismos internacionais, entre outras. Houve também aumento de 42,1% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 996,3 milhões até novembro. Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 3,9 bilhões, representando incremento de R\$ 490,7 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 4,2 bilhões (7,0%), abaixo da evolução do PIB nominal no período (7,7%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios destacam-se o Ministério de Desenvolvimento Social (R\$ 2,8 bilhões), o Ministério da Saúde (R\$ 1,1 bilhão) e o Ministério da Educação (R\$ 592,6 milhões), Ministério da Integração Nacional (R\$ 302,5 milhões). Houve queda nos dispêndios no Ministério da Defesa (R\$ 372,9 milhões), da Fazenda (R\$ 360,2 milhões) e da Previdência Social (R\$ 356,4 milhões).

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 10,1 bilhões, equivalentes a 59,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 6,5 bilhões, correspondentes a 63,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até novembro R\$ 6,3 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 59,1% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 2,2 bilhões), da Saúde (R\$ 1,1 bilhão), da Educação (R\$ 559,4 milhões) e das Cidades (R\$ 528,7 milhões). Os principais programas beneficiados desses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”) e o Proágua – infra-estrutura e operações especiais.



Boxe 1 – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira

Em atendimento ao disposto no art. 9º da LRF, realizou-se, ao final de novembro, a reavaliação das receitas primárias e das despesas obrigatórias do exercício, relativa ao 5º bimestre de 2006, com base em parâmetros econômicos atualizados e valores realizados até o mês de outubro, de modo a assegurar o cumprimento das metas fiscais constantes da LDO-2006. Essa reavaliação indicou limitação nos valores autorizados para movimentação e empenho no valor de R\$ 486,2 milhões, conforme demonstrado no Relatório de que trata o art. 76, § 5º, da LDO-2006.

No decorrer do mês de novembro, reduziu-se a expectativa de desembolso das despesas primárias obrigatórias da Renda Mensal Vitalícia – RMV, além da expectativa de realização a menor das transferências para o FUNDEF e incentivos fiscais. Ademais, constatou-se que o valor das restituições das receitas administradas pela SRF ficou R\$ 865,2 milhões inferior ao projetado, mantendo-se, no entanto, a projeção da receita administrada bruta conforme o previsto na reavaliação do 5º bimestre.

Dessa forma, verificou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira, no montante de R\$ 2.774,5 milhões, em relação à 5ª avaliação bimestral de receitas e despesas primárias, sem comprometer a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício. Como o § 1º do art. 9º da LRF dispõe que o restabelecimento dos limites de empenho deve ser feito entre os Poderes e o MPU, proporcionalmente às reduções anteriormente efetivadas, a ampliação que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU é de R\$ 2.739,5 milhões, R\$ 8,4 milhões, R\$ 19,2 milhões e R\$ 7,4 milhões, respectivamente.

Nesse sentido, em relação ao Poder Executivo, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira nº 5.983, de 12 de dezembro de 2006, ampliou os valores disponibilizados para movimentação e empenho no montante de R\$ 2,3 bilhões, já descontada a parcela de R\$ 480,1 milhões que lhe coube na limitação decorrente da avaliação do 5º bimestre.

A meta de resultado primário do Governo Central foi reduzida em 0,05% do PIB, com base na expectativa de melhora do resultado primário dos Governos Regionais (as estimativas até o final do ano foram revistas 1,10% do PIB, contra 1,05% do PIB, pela reavaliação do 5º bimestre). Dessa forma, a meta de resultado primário do Governo Federal para o ano é R\$ 65,1 bilhões de superávit (3,15% do PIB), sendo a meta do Governo Central de R\$ 48,4 bilhões de superávit (2,34% do PIB) e R\$ 16,8 bilhões de superávit (0,81% do PIB) para empresas estatais federais.

Em novembro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,9 bilhões, R\$ 156,6 milhões abaixo do verificado no mês anterior. Isso decorreu basicamente do aumento da arrecadação por meio de depósitos judiciais, que, em novembro, excedeu em R\$ 76,1 milhões o montante auferido em outubro; e do incremento da arrecadação via Simples, que, em novembro, aumentou R\$ 46,4 milhões em comparação ao mês anterior. O impacto dessas variações foi reforçado pela queda em R\$ 69,0 milhões nas despesas com precatórios referentes a benefícios previdenciários. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 40,0 bilhões, contra R\$ 30,7 bilhões observados até outubro de 2005.

Previdência Social

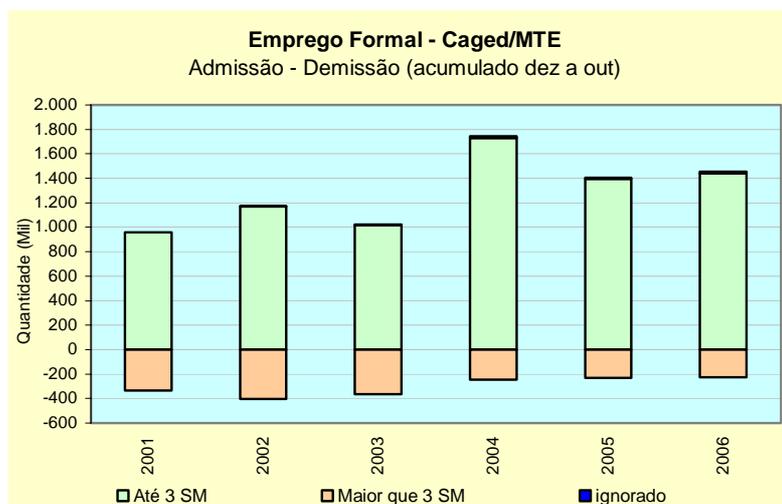
Em novembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,9 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 40,0 bilhões, equivalentes a 2,11% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADÇÃO LÍQUIDA	10.314,5	10.414,5	92.947,5	106.129,1
Arrecadação Bruta	11.176,3	11.284,5	100.357,6	115.450,0
- Contribuição Previdenciária	10.206,8	10.193,2	93.479,8	105.768,5
- Simples	797,8	844,2	4.543,3	7.329,5
- CFT	58,0	58,7	559,1	627,3
- Depósitos Judiciais	70,3	146,4	1.299,0	1.231,4
- Refis	24,8	23,5	318,5	302,7
- Outras Receitas	18,5	18,4	157,9	190,7
(-) Restituição/Devolução	-36,0	-48,1	-440,2	-446,3
(-) Transferências a Terceiros	-825,7	-821,9	-6.969,9	-8.874,6
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	13.357,8	13.301,2	123.609,6	146.139,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.043,3	-2.886,7	-30.662,2	-40.010,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,74%	-2,11%

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu R\$ 13,2 bilhões (14,2%) frente ao mesmo período de 2005. Uma das razões desse crescimento foi a elevação da massa salarial, que afetou positivamente as receitas previdenciárias ao provocar um incremento nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a outubro de 2006 foi de R\$ 85,8 bilhões contra R\$ 76,4 bilhões no período correspondente em 2005 – uma elevação de 12,3%. Também concorreu para isso o comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, foram gerados 1,227 milhão de novos empregos entre dezembro de 2005 e outubro de 2006, frente a 1,175 milhão de novos postos observados no período equivalente do ano anterior (crescimento de 4,4%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	92,9	106,1	14,2%
Benefícios	123,6	146,1	18,2%
Resultado Primário	-30,7	-40,0	30,5%



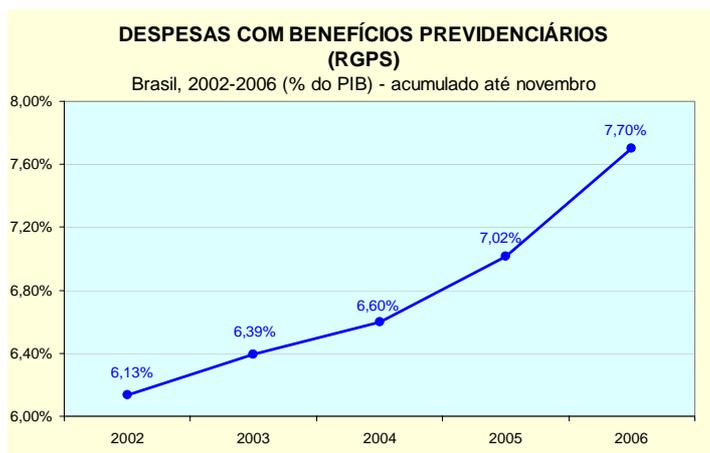
Até novembro de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 146,1 bilhões, representando crescimento de R\$ 22,5 bilhões (18,2%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 42,23 (7,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 470,4 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) pagamento antecipado de 50% do valor do abono natalino em setembro de 2006, sem antecipação equivalente no ano anterior.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Verifica-se que em 2002 esses gastos correspondiam a 6,13% do PIB; em 2006, correspondem a 7,70% do PIB. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,39 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,5	24,1	2,7%
Quantidade RGPS*	20,8	21,2	2,3%
Valor médio Total**	506,5	548,8	8,4%
Valor médio RGPS**	534,7	576,9	7,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,13% do PIB no acumulado de janeiro a novembro de 2002 para 7,70% do PIB no mesmo período em 2006, representando crescimento de 25,6%.



O crescimento do número médio de benefícios pagos nos primeiros onze meses de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 448,4 mil aposentadorias (3,5%), 216,8 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,0%) e 152,6 mil pensões por morte (2,6%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

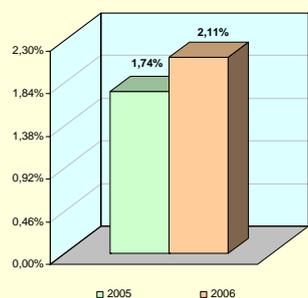
	Em mil benefícios			
	OUT		MÉDIA JAN-NOV	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	24.436	24.480	23.489	24.124
Benefícios do RGPS	21.510	21.544	20.774	21.244
Previdenciários	20.780	20.813	20.016	20.511
Aposentadorias	13.382	13.412	12.811	13.254
Idade	6.873	6.892	6.555	6.792
Invalidez	2.736	2.737	2.588	2.718
Tempo de contribuição	3.773	3.782	3.668	3.744
Pensão por morte	5.896	5.909	5.698	5.851
Auxílio-Doença	1.425	1.418	1.437	1.333
Salário - maternidade	43	40	41	41
Outros	34	34	29	33
Acidentários	731	731	757	733
Aposentadorias	147	147	140	146
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	98	98	130	101
Auxílio - acidente	269	270	267	269
Auxílio - suplementar	87	87	90	88
Assistenciais	2.917	2.928	2.706	2.870
Amparos Assistenciais - LOAS	2.446	2.461	2.164	2.381
Idoso	1.167	1.175	997	1.127
Portador de deficiência	1.279	1.286	1.167	1.254
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	16
Rendas mensais vitalícias	455	451	525	473
Idade	139	138	169	147
Invalidez	316	313	356	326
Encargos Previdenciários da União (EPU)	8	8	10	9

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

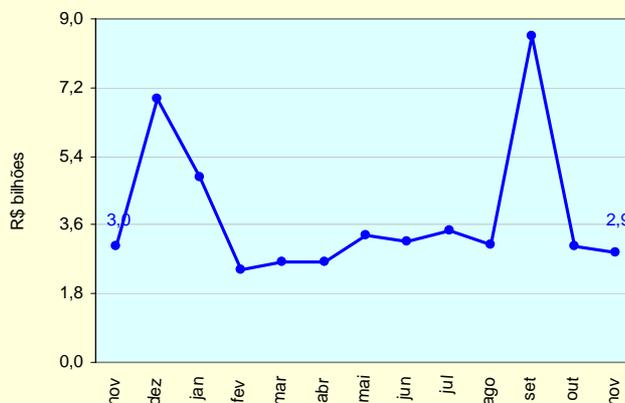
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,28%	5,59%
Benefícios	7,02%	7,70%
Resultado Primário	-1,74%	-2,11%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,32 ponto percentual em relação ao período de janeiro a novembro do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,69 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 2,11% do PIB, sendo assim 0,37 ponto percentual superior a 1,74% do PIB registrado no período correspondente em 2005.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Nov (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005/2006



Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 27,1 bilhões, dos quais R\$ 24,7 bilhões referem-se ao crescimento da dívida interna e o restante à dívida externa. A DPMFi aumentou R\$ 22,5 bilhões, explicado, em grande medida, pelas emissões líquidas de LTN e NTN-F. Em consequência, os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi elevada em 2,25 pontos percentuais. A Dívida Externa Líquida aumentou R\$ 2,4 bilhões, reflexo, principalmente, do impacto da depreciação cambial no mês e da emissão do Global 2017, no valor de US\$ 1,5 bilhão, dentre outros fatores.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 592,9 bilhões, equivalente a 28,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses, superior em 1,1 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 27,1 bilhões, no mês, determinado pelo crescimento de R\$ 24,7 bilhões da parcela interna da dívida líquida e de R\$ 2,4 bilhões do componente externo.

TABELA 4			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2005/2006			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	347.741	428.036	452.696
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	956.421	1.065.957	1.088.499
Dívida Contratual da STN	-447.321	-456.906	-452.430
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-161.359	-181.015	-183.373
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	163.277	137.809	140.207
Dívida Mobiliária em Poder do Público	134.926	108.362	109.784
Títulos Depositados em Garantia	-3.211	0	0
Dívida Contratual	32.017	29.785	30.770
Disponibilidades	-455	-339	-348
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	511.019	565.845	592.903
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	26,6%	27,5%	28,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 592,9 bilhões em novembro, equivalente a 28,6% do PIB.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de novembro com saldo de R\$ 452,7 bilhões, equivalentes a 21,8% do PIB acumulado em 12 meses, percentual superior em 1,0 ponto percentual ao observado em outubro. Essa variação decorreu da ampliação do saldo da DPMFi, em 0,7 ponto percentual, e da redução dos haveres contratuais da STN, fundos, autarquias e fundações, em 0,4 ponto percentual.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 NOV	2006 OUT	2006 NOV
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	347.741	428.036	452.696
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	956.421	1.065.957	1.088.499
LFT	505.984	430.682	413.695
LTN	248.998	323.311	342.245
NTN-B	50.600	160.878	166.053
NTN-C	76.183	65.402	67.793
NTN-D	4.865	1.294	1.323
Demais	46.556	61.033	74.014
Dívida Securitizada	19.797	19.219	19.261
TDA	3.437	4.139	4.114
DÍVIDA CONTRATUAL	-608.680	-637.921	-635.803
<i>Tesouro Nacional</i>	-447.321	-456.906	-452.430
Dívida Bancária	24.840	24.136	24.061
Lei nº 7.976/89	-5.782	-3.469	-3.415
Lei nº 8.727/93	-47.819	-46.847	-46.768
Lei nº 9.496/97	-249.789	-260.068	-262.509
Renegociação Dívida Municipais	-37.872	-40.007	-40.408
Demais Haveres da STN	-130.900	-130.650	-123.391
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-161.359	-181.015	-183.373
FAT	-114.880	-128.163	-128.851
Demais Entidades	-46.479	-52.852	-54.522
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	49,7%	51,8%	52,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,6%	-31,0%	-30,7%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,3%	-22,2%	-21,8%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	18,1%	20,8%	21,8%

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de novembro com saldo de R\$ 452,7 bilhões.

Emissões e Resgates

No mês de novembro, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 9,6 bilhões.

Em novembro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 60,9 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, corresponderam a R\$ 51,2 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 9,6 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 60,5 bilhões, sendo: i) R\$ 25,8 bilhões em LTN, com vencimentos em abril, julho e outubro de 2007 e julho de 2008; ii) R\$ 13,3 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2010 e 2012; iii) R\$ 12,0 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010, 2012 e 2014; iv) R\$ 7,9 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2011, 2015, 2035 e 2045, agosto de 2024 e novembro de 2009; e v) R\$ 1,5 bilhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 314,5 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 241,0 milhões em ASTN, em permuta por outros títulos da dívida securitizada do Banco do Brasil; ii) R\$ 50,6 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 15,3 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, NOV/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	60.489,1	314,5	49,9	60.853,5
LFT	13.296,8	0,0	7,5	13.304,3
LTN	25.799,1	0,0	19,1	25.818,1
NTN-B	7.903,0	0,0	15,1	7.918,1
NTN-C	1.499,0	0,0	0,0	1.499,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	11.991,3	0,0	8,2	11.999,5
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	248,2	0,0	248,2
Demais	0,0	66,3	0,0	66,3
II. RESGATES**	50.470,5	740,9	24,9	51.236,2
LFT	34.619,4	0,0	9,5	34.628,9
LTN	10.862,7	0,0	5,6	10.868,4
NTN-B	4.804,0	0,0	7,1	4.811,1
NTN-C	184,4	0,0	1,0	185,4
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	1,5	1,5
TDA	0,0	52,5	0,0	52,5
Securitizada*	0,0	330,2	0,0	330,2
Demais	0,0	358,2	0,0	358,2
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	10.018,7	-426,4	25,0	9.617,2

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em novembro, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 49,9 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 38,3% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 30,3% e pela NTN-F, com 16,4%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 709,7 milhões e 22.115 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.246 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que o número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 71.613 pessoas, apresentando aumento de 49,3% em relação ao número de investidores acumulados até novembro do ano anterior.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 49,9 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 19,1 milhões em LTN com vencimentos em julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 15,1 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045, e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 8,2 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012 e 2014; e iv). R\$ 7,5 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009, 2010, 2011 e 2012 (maiores detalhes no boxe 2).

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em novembro atingiu R\$ 51,2 bilhões, sendo R\$ 31,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 19,6 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 9,6 bilhões em LTN e R\$ 99,6 milhões em LFT, ambas aceitas no leilão de troca de LTN; ii) R\$ 4,7 bilhões em LFT aceitas no leilão de troca desse mesmo título; iii) R\$ 2,9 bilhões em LFT, R\$ 1,3 bilhão em NTN-B e R\$ 97,9 milhões de NTN-C, todas aceitas nos leilões de NTN-B; iv) R\$ 500,0 milhões em LFT e R\$ 86,4 milhões em NTN-C aceitas no leilão de NTN-C; e v) R\$ 241,0 milhões em títulos da dívida securitizada, em permuta por títulos da dívida securitizada com o Banco do Brasil.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de novembro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M. O montante emitido de NTN-C, em novembro, foi de R\$ 1,5 bilhão. No leilão realizado nos dias 30 e 31 de outubro, com liquidação financeira no dia 1º de novembro, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que os títulos com vencimento em 2017 não tiveram proposta aceita. As taxas de venda para os títulos foram de 8,15% a.a. para os títulos com vencimentos em 2021 e 8,05% a.a. para os com vencimento em 2031. Do montante total emitido, 60,8% (R\$ 911,8 milhões) foram recebidos em dinheiro e 39,2% (R\$ 587,2 milhões) recebidos em troca por outros títulos. No leilão de NTN-C, realizado nos dias 30 e 31 de outubro, com liquidação financeira no dia 1º de novembro de 2005, foram emitidos R\$ 164,0 milhões. Desse montante, R\$ 156,3 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (95,3%) e R\$ 7,7 milhões à parcela recebida em títulos (4,7%). Os títulos com vencimento em 2031 representaram 86,5% do total vendido, saindo à taxa de 8,40% a.a.. As taxas de venda observadas para as NTN-C com vencimento em 2017 e 2021 foram de 8,36% a.a. e 8,40% a.a., respectivamente.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em novembro foi de R\$ 7,9 bilhões. No primeiro leilão, realizado nos dias 7 e 8 de novembro e com liquidação financeira no dia 9 de novembro, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 8,75% a.a., 8,73% a.a., 8,57% a.a., 8,10% a.a., 8,02% a.a. e 7,95% a.a., respectivamente. O montante vendido foi de R\$ 5,6 bilhões, sendo que o título mais vendido foi a NTN-B com vencimento em 2009, representando 42,4% (R\$ 2,4 bilhões) do total arrecadado naquele leilão. Do montante total de títulos vendidos, 63,9% (R\$ 3,6 bilhões) foram emitidos em troca por títulos com menor *duration* e 36,1% (R\$ 2,0 bilhões) foram emitidos mediante pagamento em dinheiro. O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 28 e 29 de novembro, com liquidação financeira em 30 de novembro. O montante vendido foi de R\$ 2,3 bilhões, sendo que 66,9% (R\$ 1,5 bilhão) foram recebidos em dinheiro e 33,1% (R\$ 749,2 milhões) em troca por outros títulos. A NTN-B com vencimento em 2015 foi o título mais vendido, saindo à taxa de 8,38% a.a.. As NTN-B com vencimentos em 2009 e 2011 foram vendidas às taxas de 8,72% a.a. e 8,71% a.a., respectivamente.

O montante resgatado de títulos remunerados por índices de preços foi de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões, sendo que R\$ 3,6 bilhões corresponderam aos vencimentos e R\$ 1,5 bilhão aos títulos recebidos nos leilões de compra e troca. Considerando que as emissões foram de R\$ 9,4 bilhões (R\$ 1,5 bilhão em NTN-C e R\$ 7,9 bilhões em NTN-B), a emissão líquida equivaleu a R\$ 4,3 bilhões.

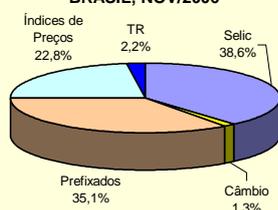
Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se uma redução de 2,41 pontos percentuais na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 21,3 bilhões. A participação de títulos prefixados aumentou em 2,25 pontos percentuais, em função das emissões líquidas de LTN e NTN-F, no valor de R\$ 14,9 bilhões e R\$ 12,0 bilhões, respectivamente. Quanto aos títulos indexados a índices de preços, houve um acréscimo de 0,22 ponto percentual em função das emissões líquidas de NTN-B, no valor de R\$ 3,1 bilhões, e de NTN-C, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
BRASIL, 2005/2006 (%)

INDEXADOR	2005		2006	
	NOV	OUT	NOV	NOV
Selic	53,93	41,00	38,59	
Câmbio	1,92	1,32	1,31	
Prefixados	27,09	32,90	35,15	
Índices de Preços	14,86	22,54	22,76	
TR	2,20	2,24	2,19	

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, NOV/2006


Em novembro, os títulos indexados à taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi reduzida em 2,41 pontos percentuais, ao passo que a parcela dos títulos prefixados aumentou 2,25 pontos percentuais.

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou elevação, ao passar de 14,50% a.a., em outubro, para 14,98% a.a., em novembro. Essa elevação é explicada em grande medida pela maior variação do IGP-M (0,75%, em novembro, contra 0,47%, em outubro) que provocou aumento no custo da NTN-C, e à depreciação do real frente ao dólar americano em 1,11%, frente à apreciação de 1,44% ocorrida em outubro, o que aumentou o custo anualizado da NTN-D. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 14,90% a.a., em outubro, para 14,89% a.a., em novembro.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Nov	18,18	17,33
	Dez	17,09	18,44
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

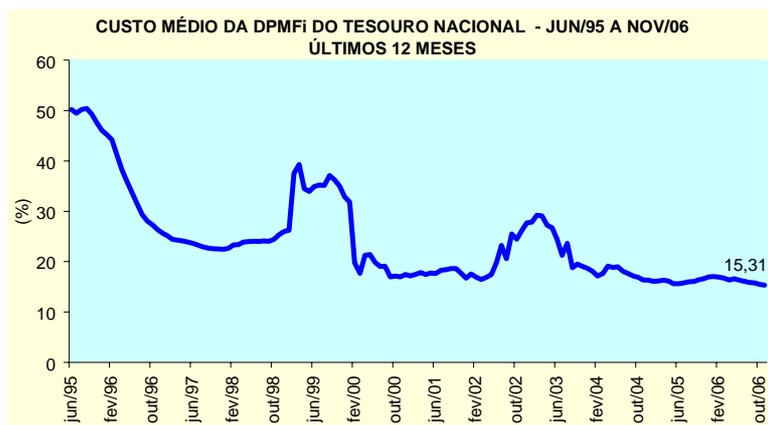
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi passou de 14,50% em outubro para 14,98% em novembro, explicado pela maior variação do IGP-M e pela depreciação cambial em novembro.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 15,50% a.a., em outubro, para 15,31% a.a., em novembro. Essa redução ocorreu em virtude da queda da taxa Selic (1,02% em novembro de 2006, contra 1,38% no mesmo mês do ano anterior); e da menor

variação do IPCA (0,31% em novembro de 2006, contra 0,55% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,31% a.a., apresentando redução de 0,19 ponto percentual em relação ao mês



Prazo Médio

Em comparação a outubro, o prazo médio da DPMFi em poder do público aumentou 0,61 mês.

Em novembro, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,61 mês, passando de 30,35 meses para 30,96 meses. Os vencimentos e os cancelamentos de LFT, no valor de R\$ 34,6 bilhões, e a emissão de R\$ 13,3 bilhões em LFT com prazo superior ao de seu estoque, resultaram no aumento do prazo médio desse título em 1,39 mês, contribuindo para o crescimento do prazo médio da DPMFi. Adicionalmente, contribuiu o aumento da participação dos títulos indexados a índices de preços, os quais possuem prazo médio superior ao do estoque da DPMFi. A vida média, conceito que considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos, aumentou de 45,42 meses, em outubro, para 46,11 meses, em novembro.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2005/2006

TÍTULOS	2005		2006	
	NOV	OUT	NOV	OUT
LTN	9,86	10,33	9,82	
LFT	19,04	20,70	22,09	
NTN-B	70,18	57,30	58,46	
NTN-C	68,71	78,00	78,21	
NTN-D	13,03	18,78	17,78	
TDA	63,97	60,19	60,20	
Dívida Securitizada*	82,59	86,26	85,60	
Demais	83,36	70,22	63,40	
TOTAL	27,28	30,35	30,96	

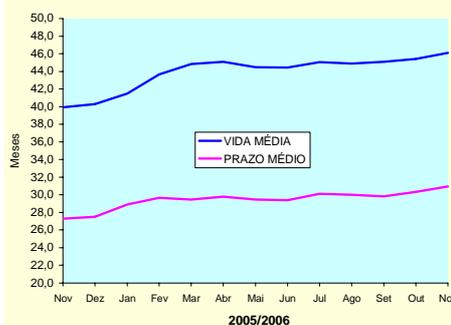
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9 PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2005	Nov	39,93	27,28
	Dez	40,28	27,49
2006	Jan	41,50	28,89
	Fev	43,67	29,67
	Mar	44,83	29,45
	Abr	45,09	29,79
	Mai	44,46	29,44
	Jun	44,43	29,38
	Jul	45,07	30,12
	Ago	44,89	30,01
	Set	45,10	29,82
	Out	45,42	30,35
	Nov	46,11	30,96

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
 (2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
 (3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 140,2 bilhões, contra R\$ 137,8 bilhões observado em outubro. Esse aumento é explicado em grande medida pela depreciação cambial em novembro (1,11%), pela emissão do *Global 2017*, no valor de US\$ 1,5 bilhão, e pela ocorrência de desembolsos de operações contratadas junto ao BID, no valor de US\$ 243,9 milhões.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	NOV	OUT	NOV	NOV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	134.926	108.362	109.784	
Bônus de Renegociação	15.882	465	470	
Bônus de Captação	119.044	107.897	109.315	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	32.017	29.785	30.770	
Organismos Multilaterais	19.675	23.784	24.677	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.785	6.001	6.093	
Clube de Paris	5.557	0	0	
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	166.943	138.147	140.555	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.211	0	0	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-455	-339	-348	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	163.277	137.809	140.207	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	8,5%	6,7%	6,8%	

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais aumentou R\$ 2,4 bilhões.

O serviço da DPFe, em novembro, totalizou R\$ 4,9 bilhões, dos quais R\$ 3,7 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 1,2 bilhão ao pagamento de juros e encargos. Os resgates antecipados de títulos no âmbito do Programa de Recompra totalizaram R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão referente ao pagamento de principal e R\$ 386,3 milhões aos juros.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, NOV/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	3.705,9	1.181,7	4.887,6
I.1. Organismos Multilaterais	122,0	130,5	252,5
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	48,1	9,0	57,1
I.3. Dívida Mobiliária	3.535,8	1.042,2	4.578,0
Pagamento Normal	1.748,6	655,9	2.404,5
Euro 2006	1.748,6	209,8	1.958,5
Global 2027	0,0	376,0	376,0
Encargos - Novas Captações	0,0	70,0	70,0
Recompra - Bacen	1.787,1	386,3	2.173,4
Euro 2007	31,5	4,5	36,0
Euro 2009	114,7	26,6	141,3
Euro 2010	311,6	89,6	401,2
Global 2007	3,3	0,2	3,5
Global 2008	39,1	3,9	43,1
Global 2009	255,9	72,7	328,6
Global 2010	382,5	59,8	442,3
Global 2011	500,9	95,0	595,9
Global 2012	133,0	32,9	165,9
Marco Alemão 2008	14,6	1,1	15,7

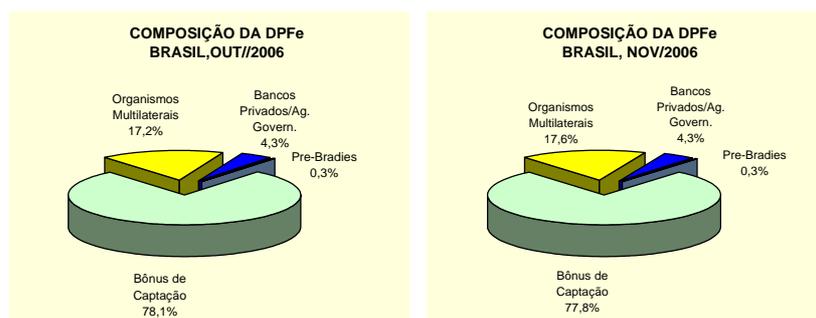
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 4,9 bilhões no mês.

Composição

Em relação à composição da DPFe, houve pequena redução percentual da participação dos Bônus de Captação, de 78,1% para 77,8%, em função dos pagamentos ocorridos em novembro. Em contrapartida, as obrigações junto a Organismos Multilaterais passaram de 17,2% em outubro para 17,6% em novembro, resultado dos desembolsos de recursos junto ao BID e da acomodação estatística pela amortização dos bônus de captação.

Os bônus de captação tiveram sua participação no conjunto DPFe reduzida em 0,3 ponto percentual, em função dos pagamentos ocorridos em novembro.



Custo e Prazo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou elevação, ao passar de 6,77 para 6,87 anos. Este alongamento deve-se principalmente: i) ao cancelamento de cerca de US\$ 800 milhões em títulos incluídos no Programa de Recompra, que prioriza a compra de títulos com vencimentos nos próximos anos; ii) à emissão do *Global 2017*; e iii) ao vencimento do *Euro 2006*. A vida média, por sua vez, permaneceu constante em 13,85 anos.

Boxe 4 – Nova Metodologia de Cálculo do Custo Médio

Conforme informado no último boletim, uma nova metodologia de cálculo do custo médio da DPFe foi desenvolvida para permitir que o indicador reflita o custo em reais da dívida externa. O cálculo agora considera a "yield" de emissão de cada título e a variação cambial (ocorrida no mês) da moeda na qual o título foi emitido em relação ao real. O custo mensal de cada título é, então, ponderado pelo seu estoque para calcular o custo médio mensal da DPFe, o qual é, posteriormente, anualizado. Nesta publicação adotar-se-á, como critério de divulgação, a estatística acumulada em 12 meses, a exemplo do que se faz para a dívida interna, que reflete melhor o comportamento da variável ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações cambiais de curto prazo sobre o custo médio mensal. A estatística calculada pelo método anterior continuará sendo divulgada até dezembro, quando a série será descontinuada, apresentando a partir de então somente a nova metodologia.

De acordo com a nova metodologia, o custo médio acumulado nos últimos 12 meses passou de 7,02%, em outubro, para 11,45%, em novembro. Essa elevação é explicada pela depreciação do real frente às moedas estrangeiras (dólar, euro, iene e libra), que foi maior em novembro de 2006 frente ao mesmo

mês do ano anterior. Pelo conceito tradicional, o qual reflete apenas a média ponderada dos cupons de emissão dos títulos, ocorreu uma redução do custo médio mensal, de 9,76% a.a. em outubro para 9,59% a.a. em novembro.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	NOV	OUT	NOV	
PRAZO MÉDIO (1)	6,36	6,77	6,87	
Bônus de Renegociação	6,24	3,23	3,15	
Bônus de Captação	6,38	6,79	6,89	
Globais	7,07	7,71	7,69	
Euros	3,77	3,40	3,83	
Real	5,82	6,15	6,07	
Demais	1,24	0,66	0,58	
VIDA MÉDIA (2)	12,26	13,85	13,85	
Bônus de Renegociação	10,40	6,87	6,79	
Bônus de Captação	12,50	13,76	13,91	
Globais	14,22	15,89	16,05	
Euros	5,00	4,49	11,45	
Demais	1,34	0,69	0,60	
CUSTO MÉDIO (3)	9,43	9,76	9,59	
Bônus de Renegociação	5,41	6,00	6,00	
Bônus de Captação	9,97	9,78	9,61	
Globais	10,17	9,91	9,76	
Euros	9,93	9,72	9,34	
Demais	6,09	6,62	6,67	
CUSTO MÉDIO - Nova Metod. (4)	nd	7,02	11,45	
Bônus de Renegociação	nd	0,51	3,83	
Bônus de Captação	nd	7,36	11,78	
Globais	nd	5,44	8,86	
Euros	nd	10,89	20,90	
Real	nd	13,10	13,10	
Demais	nd	3,83	12,36	

Em novembro, o custo médio da DPMFe acumulado em 12 meses foi de 11,45%.

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

(4) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Boxe 5 – Brasil emite bônus Global de 10 anos no mercado externo

Em linha com a diretriz de realização de emissões qualitativas no âmbito do programa de financiamento da DPFe para o biênio 2007-2008, a qual propõe a realização de operações visando consolidar a curva de juros externa e criar pontos de referência (*benchmarks*), o Tesouro Nacional voltou ao mercado internacional no dia 7 de novembro. Na oportunidade, foi emitido o *Global 2017*, novo bônus denominado em dólares com vencimento em 10 anos, no montante de US\$ 1,5 bilhão. Lideraram a emissão os bancos Barclays Capital e Deutsche Bank, contando com a colaboração dos bancos Pactual e Itaú BBA como *co-managers*. A liquidação da operação ocorreu em 14 de novembro. O investidor receberá cupom de juros de 6,00% a.a., pagos semestralmente nos dias 17 de janeiro e 17 de julho de cada ano até o seu vencimento, em 17 de janeiro de 2017. O bônus foi vendido ao preço de 98,125% do seu valor de face, resultando em *yield* de 6,249% a.a..

Estes resultados, juntamente com outros aspectos da operação, sinalizam para um novo status do Brasil no mercado financeiro internacional. O *spread* da operação foi 159 pontos-base acima do título do Tesouro Norte Americano (Treasury) com vencimento em 10 anos, o mais baixo já registrado desde que a República passou a acessar recorrentemente o mercado Global, em 1995. Da mesma forma, pela primeira vez, o Tesouro emitiu um bônus com a cláusula "*Make Whole Call*" que o permite resgatar o título, sem a necessidade de realizar oferta pública de resgate antecipado (*tender offer*), quando este estiver sendo comercializado com *spread* de 25 pontos-base acima da *treasury* de referência (atualmente a de 10 anos). Embora essa cláusula seja mais amplamente utilizada nas emissões de países classificados como *investment grade* pelas agências de *rating*, a sua utilização foi bem recebida pelos investidores.

Por fim, ressalta-se que, com vencimento em 10 anos, o título emitido constitui um novo ponto de referência na parte média da curva de juros externa denominada em dólar, ponto em que, habitualmente, concentra parcela significativa das negociações de títulos brasileiros no mercado internacional.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Novembro 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Novembro 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. RECEITA TOTAL	39.810,6	55.817,9	45.552,7	38.580,9	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8	46.788,6	42.707,2
I.1. Receitas do Tesouro	30.660,0	40.231,3	37.276,2	29.132,5	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8	36.352,6	32.097,0
I.1.1. Receita Bruta	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.471,3
- Impostos	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3
- Contribuições	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8
- Demais (1)	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.144,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5
I.3. Receitas do Banco Central	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1	121,5	195,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	462,0	0,0	0,0	0,0	457,8	0,0
II.4. Demais	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	31.593,9	46.551,2	37.118,4	31.306,9	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5	40.335,4	33.349,9
IV. DESPESA TOTAL	30.315,9	50.560,4	33.097,3	27.732,3	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.376,5	34.376,6	31.266,0	37.465,8	32.941,1	33.506,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9	8.414,8	9.208,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2
IV.3. Custeio e Capital	10.000,8	17.079,3	9.935,2	7.719,9	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.510,0	11.410,6	10.165,5	9.797,2	10.987,8	10.758,4
IV.3.1. Despesa do FAT	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	602,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.064,6	7.570,0	7.756,2	8.095,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1	52,8	72,8
IV.5. Despesas do Banco Central	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2	127,9	165,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	1.278,0	-4.009,2	4.021,1	3.574,6	7.260,3	14.726,0	2.943,8	6.072,0	3.022,9	6.361,7	501,7	7.394,2	-156,9
V.1. Tesouro Nacional	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.484,4	9.107,3	10.443,9	2.699,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7
V.3. Banco Central (6)	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3	179,3	280,7	259,6	258,6	307,5	234,6	186,0	81,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.042,3	-381,4	-945,3	-465,0	-1.996,1	1.406,5	-78,8	545,5	319,5	558,4	-671,6	186,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	64,6	7.766,6	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6
RMV (4)	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	44.240,0	62.315,5	33.817,6	42.099,5	41.710,1	41.830,1	47.217,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.837,8	46.237,0	50.047,0
I.1 - Recolhimento Bruto	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	107,3	157,8	102,0	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,0	176,9	299,0
I.5 - Receita do Salário Educação	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.602,2	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8
II. DESPESAS	50.038,4	56.790,7	48.187,0	39.878,0	37.319,4	47.395,9	47.444,3	49.230,4	54.402,2	49.314,6	47.710,0	48.901,9	59.945,0
II.1 - Liberações Vinculadas	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6
II.2 - Liberações Ordinárias	39.919,2	46.502,3	37.587,6	31.952,5	30.583,5	37.193,5	37.337,9	39.542,4	45.705,5	39.844,9	39.511,1	40.545,6	49.193,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.095,0	9.839,8	11.235,5	8.227,0	8.251,3	7.580,3	8.080,6	10.268,4	8.418,0	8.302,4	8.187,3	8.035,3	11.668,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2
i) Dívida Contratual Interna	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6
ii) Dívida Contratual Externa	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.907,7	11.496,2	4.805,5	6.598,4	5.831,3	6.659,2	6.630,2	7.832,2	8.531,1	7.636,1	7.166,4	8.698,6	9.130,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-5.798,4	5.524,8	-14.369,5	2.221,5	4.390,7	-5.565,8	-226,9	-2.236,9	-10.414,2	-2.332,2	127,9	-2.664,9	-9.898,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2
V. DESPESAS	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0
V.1.2 - Dívida Contratual	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	12.307,1	-20.329,7	-1.778,8	20.004,0	9.758,2	-49.011,0	-28.809,8	36.565,5	-25.371,8	10.174,8	27.229,0	-2.278,4	7.862,9

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2
I.1. Emissão de Títulos	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0
II.1. Resgate de Títulos	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9
II.2. Encargos da DPMF	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1
III. RESULTADO (I - II)	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	154,4	291,4	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2
IV. PRONAF	27,2	219,6	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,5
V. PROEX	76,6	124,2	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,5	9,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9
V.2. Concessão de Financiamento (1)	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,4	21,3	-6,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6
VII. CACAU	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	81,7	137,5	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3
XII. TOTAL	349,0	3.023,0	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-450,9	471,4	451,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. DÍVIDA INTERNA	347.741,2	368.675,5	362.164,7	390.489,1	401.595,0	377.522,9	377.170,0	390.597,8	379.003,6	408.790,4	427.681,8	428.036,4	452.695,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6
Dívida Bancária	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1
INSS	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7
Lei 7.976/89	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5
Bônus Renegociação	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6
Lei 8.727/93	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6
Lei 9.496/97	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2
Recebíveis das Estatais	-37.262,2	-37.809,1	-36.317,6	-36.224,0	-36.414,6	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7
Outros	-43.568,4	-43.695,3	-43.584,4	-43.156,3	-43.056,5	-42.848,1	-42.064,1	-42.081,8	-42.267,3	-41.719,5	-41.835,6	-41.924,1	-42.300,7
Fat	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0
Demais Entidades	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.521,9
Créditos das Operações Oficiais	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3
Arrecadação a Recolher	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.283,5
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0
Dívida Mobiliária	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4
Títulos Depositados em Garantias	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3
Disponibilidades	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	511.018,6	542.467,7	524.822,5	542.699,2	553.318,0	513.236,4	529.242,9	530.526,7	519.635,8	544.449,2	566.641,3	565.844,9	592.902,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	26,6%	28,0%	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,4%	25,8%	26,8%	27,8%	27,5%	28,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7
Brazil Investment Bond (BIB)	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7
Par Bond (PB)	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6
A-Bond	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2
Euro 2006	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-
Euro 2007	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3
Euro 2009	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3
Euro 2010	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2
Euro 2011	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0
Euro 2012	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0
Euro 2015	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3
Eurolibra 2007	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6
Eurolibra 2017	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2
Global 2006	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7
Global 2008	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8
Global 2009	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.488,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9
Global 2010	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1
Global 2011	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9
Global 2012	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2
Global 2013	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8
Global 2014	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0
Global 2015	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3
Global 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.250,2
Global 2019	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2
Global 2020	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9
Global 2024	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4
Global 2025	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3
Global 2027	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6
Global 2030	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0
Global 2034	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6
Global 2037	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7
Global 2040	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.250,0
Marco Alemão 2007	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7
Marco Alemão 2008	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2
Samurai 2006	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0							
III. DÍVIDA CONTRATUAL	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7
V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	8,5%	9,0%	8,3%	7,7%	7,7%	6,8%	7,6%	7,0%	7,0%	6,7%	6,8%	6,7%	6,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
 (incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out	Nov/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8
Par Bond (PB)	-	-
Discount Bond (DB)	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	-	-
New Money Bond (NMB)	-	-
Eligible Interest (EI)	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5
A-Bond	9.889,5	10.064,4
Euro 2006	1.942,7	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0
Euro 2009	943,8	876,4
Euro 2010	1.602,1	1.356,0
Euro 2011	2.935,6	3.107,0
Euro 2012	2.759,4	2.919,5
Euro 2015	2.308,6	2.439,6
Eurolibra 2007	590,2	620,7
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9
Global 2006	-	-
Global 2007	3.380,3	3.444,3
Global 2008	3.454,0	3.482,1
Global 2009	3.093,9	2.903,9
Global 2010	3.396,3	3.078,5
Global 2011	2.400,4	1.933,2
Global 2012	2.672,6	2.588,5
Global 2013	2.773,0	2.826,9
Global 2014	2.593,5	2.644,6
Global 2015	4.553,5	4.633,9
Global 2017	-	3.259,4
Global 2019	3.228,0	3.287,9
Global 2020	1.690,0	1.726,3
Global 2024	6.026,4	6.138,2
Global 2025	4.923,7	5.013,9
Global 2027	7.706,6	7.478,1
Global 2030	2.219,6	2.266,7
Global 2034	5.915,3	6.021,2
Global 2037	4.371,8	4.446,1
Global 2040	11.302,1	11.530,1
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3
Marco Alemão 2008	947,0	985,2
Samurai 2006	-	-
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	141.102,8	143.778,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,9%	6,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3
I. Dívida em Mercado	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6
Dívida Securitizada	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4
TDA	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2
LTN	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6
LFT	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3
LFT-A	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3
LFT-B	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0
NTN-A	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7
NTN-B	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2
NTN-C	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1
NTN-D	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7
NTN-F	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8
NTN-I	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5
NTN-P	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4
CFT-A	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8
CFT-D	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7
Demais	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0
II. Dívida com BACEN	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6
LTN	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4
LFT	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0
NTN-D	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5
Demais	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7
Dívida em Mercado/PIB	49,7%	50,4%	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,6%	50,2%	51,1%	52,0%	51,8%	52,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/2005	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2006
I. INTERNA	-161.358,6	-163.959,7	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.305,5	-177.315,1	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.372,9
Dívida contratual	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7
FAT	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0
Aplicações financeiras	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1
Fundos Regionais	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.941,5
Demais	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0
II. EXTERNA	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7
Disponibilidades	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-161.813,5	-164.271,4	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.618,1	-177.643,5	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.720,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.016.513,2	651.401,5	436.451,9	422.113,8	33.863,5	969.423,9	678.353,0	650.776,2	551.558,3	545.472,7	124.528,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	2.001,3	1.628,0	1.623,6	14,4	2.923,5	2.901,0	2.702,4	2.613,8	2.613,8	41,6
Advocacia-Geral da União	89.808,2	70.224,4	55.979,1	55.693,0	5.104,4	82.373,3	82.283,0	77.120,0	68.995,3	59.123,0	16.168,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	806.238,7	562.002,1	475.870,2	456.805,5	77.757,0	788.617,5	677.871,0	592.125,6	493.925,2	462.903,1	78.303,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.500.564,5	1.967.790,4	1.641.471,2	1.395.218,5	307.553,9	2.304.095,0	1.943.489,0	1.715.804,6	1.496.140,5	1.301.521,3	289.506,8
Ministério da Fazenda	1.881.882,6	1.532.273,4	1.390.552,6	1.385.050,2	51.758,5	1.942.422,7	1.783.359,0	1.599.163,0	1.516.252,0	1.511.775,0	54.680,8
Ministério da Educação	7.157.964,4	5.823.048,3	4.768.520,5	4.637.956,9	843.613,6	6.908.013,4	6.770.369,0	5.924.230,9	4.806.177,8	4.553.268,9	833.738,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	485.423,2	391.390,1	348.927,7	348.530,8	19.059,6	461.652,4	389.687,0	394.150,0	370.555,1	369.923,1	20.551,0
Ministério da Justiça	1.062.551,6	703.797,8	591.334,7	587.540,9	100.180,2	897.720,9	743.093,0	685.817,2	608.344,2	602.395,8	133.733,9
Ministério de Minas e Energia	671.633,2	315.012,1	258.609,3	256.301,1	19.160,9	515.248,1	408.077,0	315.740,1	250.605,8	248.901,0	50.916,9
Ministério da Previdência Social	1.316.627,1	980.214,7	926.426,8	896.815,2	200.047,8	897.843,6	779.346,0	732.431,4	646.713,6	636.368,8	104.441,3
Ministério das Relações Exteriores	1.141.235,8	683.264,2	648.977,5	646.519,5	80.660,2	880.975,7	694.827,0	540.635,7	517.178,8	516.168,8	86.931,0
Ministério da Saúde	31.463.378,2	29.111.986,7	27.231.472,1	27.086.190,5	1.447.134,5	33.654.852,5	32.461.914,0	30.441.343,3	28.114.416,4	27.994.308,7	1.304.243,9
Ministério do Trabalho e Emprego	810.945,6	553.686,1	429.961,8	426.742,2	42.585,2	783.067,2	464.635,0	457.235,2	374.014,7	373.480,2	102.940,5
Ministério dos Transportes	709.344,2	470.483,5	351.459,7	343.823,8	70.095,8	854.073,3	547.415,0	413.702,0	330.922,0	328.132,9	66.290,6
Ministério das Comunicações	702.868,9	267.331,5	198.009,6	194.802,8	49.033,5	353.787,7	284.746,0	242.487,5	191.102,6	190.962,5	30.955,6
Ministério da Cultura	374.496,5	225.449,4	179.855,7	177.064,6	53.757,7	398.632,0	296.651,0	266.117,0	179.132,5	166.484,0	93.246,2
Ministério do Meio Ambiente	521.324,0	353.875,9	280.342,2	279.095,9	57.243,5	424.537,7	363.144,0	323.939,2	270.861,3	267.054,9	56.568,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	453.725,6	290.629,8	236.379,4	231.532,8	38.027,6	557.138,9	371.668,0	427.654,9	302.162,5	295.836,0	67.545,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	703.277,8	474.495,7	339.718,3	330.381,9	89.554,3	661.031,0	580.727,0	521.201,8	387.388,8	382.583,8	93.924,4
Ministério do Esporte	158.824,9	106.864,4	76.005,5	75.768,2	12.711,3	412.565,5	259.900,0	239.586,7	125.034,0	123.949,4	54.976,1
Ministério da Defesa	4.463.225,2	3.463.019,3	2.849.247,6	2.740.198,2	521.022,5	3.962.797,1	3.482.086,0	3.154.406,0	2.444.595,5	2.331.107,1	475.518,8
Ministério da Integração Nacional	311.360,8	201.199,9	128.237,7	120.926,2	36.785,1	299.105,4	193.104,0	186.979,4	136.730,2	130.205,6	60.839,3
Ministério do Turismo	363.571,2	205.442,3	142.722,4	142.546,8	47.991,7	357.813,3	253.830,0	252.451,9	213.892,2	213.670,0	41.525,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	6.111.510,9	5.508.542,6	5.230.313,7	5.157.779,7	185.514,4	10.232.722,1	9.859.565,0	8.625.272,4	8.333.429,7	8.327.307,3	85.740,5
Ministério das Cidades	409.305,2	320.846,9	211.355,6	205.322,6	26.276,5	403.541,9	313.862,0	301.155,4	237.898,7	228.106,4	52.382,8
Encargos Financeiros da União	162.557,7	126.459,7	87.819,2	75.589,8	-	340.785,8	330.396,0	279.820,2	241.349,6	235.231,9	29.809,1
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	147.052,8	95.346,5	95.346,5	18.366,2	47.650,1	47.552,0	44.753,0	44.744,4	44.744,4	20.110,6
Operações Oficiais de Crédito	130.643,6	123.331,8	95.595,7	95.532,6	-	56.672,2	53.740,0	53.664,2	33.790,2	30.873,0	-
TOTAL	67.031.843,2	55.633.118,1	49.708.592,3	48.868.813,9	4.434.873,8	70.452.083,5	65.118.590,0	59.462.466,8	53.290.525,6	52.474.473,3	4.430.160,5

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifai" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index_informacoes_sifai.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	138.995,1	26.640,0	16.580,3	16.574,5	38.341,6	114.775,2	76.672,0	45.240,6	17.714,0	17.516,6	41.859,3
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	6,2	3,6	3,6	-	0,7	1,0	0,5	0,5	0,5	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	4.745,2	1.572,9	1.218,5	11.219,2	2.926,7	2.927,0	1.715,8	533,6	459,4	4.003,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	360.824,6	91.461,9	20.869,6	17.002,7	65.701,3	442.448,7	199.120,0	160.224,5	46.880,9	16.268,5	158.513,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	691.159,4	251.652,2	148.049,9	115.711,6	57.176,2	1.009.144,9	616.888,0	458.622,3	263.581,3	191.775,0	138.421,2
Ministério da Fazenda (3)	427.463,3	218.497,3	130.325,9	113.693,4	10.391,7	393.280,9	286.319,0	156.493,2	32.886,6	32.407,3	108.947,0
Ministério da Educação	978.523,6	363.487,7	212.733,7	203.120,8	179.933,7	1.178.180,9	895.682,0	496.952,9	205.359,0	192.243,1	575.649,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	104.957,5	17.210,3	8.105,6	8.100,9	76.696,0	93.856,1	46.907,0	25.834,5	6.214,7	6.130,7	20.497,5
Ministério da Justiça	665.815,9	284.443,0	88.416,7	88.234,7	162.358,2	583.580,7	467.956,0	195.421,4	56.392,2	55.605,9	219.280,0
Ministério de Minas e Energia	40.611,5	7.591,0	6.514,7	6.490,7	7.016,7	49.522,7	43.938,0	16.749,4	9.072,5	8.676,1	3.346,3
Ministério da Previdência Social	113.322,4	66.810,8	5.005,7	2.286,8	21.245,0	292.164,3	202.475,0	42.539,7	7.989,0	4.380,0	52.501,4
Ministério das Relações Exteriores	68.151,7	19.302,6	16.755,6	16.755,5	1.067,6	39.506,4	39.131,0	12.235,5	9.174,9	9.168,1	2.901,9
Ministério da Saúde	2.628.142,6	1.120.601,7	208.172,4	203.016,8	713.683,6	3.337.186,3	2.689.150,0	1.476.626,2	324.826,0	284.865,2	1.074.971,2
Ministério do Trabalho e Emprego	32.120,6	15.857,1	11.228,7	11.217,5	5.142,5	22.546,2	24.615,0	6.574,6	4.033,1	4.030,9	7.928,9
Ministério dos Transportes	6.009.336,6	3.342.259,1	1.655.675,8	1.437.164,8	871.670,5	4.792.800,3	3.712.513,0	3.235.146,2	1.104.392,6	879.671,9	2.252.410,0
Ministério das Comunicações	151.300,8	32.144,4	6.450,7	6.342,9	13.831,3	109.960,6	83.836,0	10.747,6	6.163,6	2.670,7	21.190,9
Ministério da Cultura	128.517,0	44.903,9	18.478,8	17.627,4	20.626,6	135.399,8	92.418,0	80.350,6	16.940,9	14.465,1	26.647,1
Ministério do Meio Ambiente	115.806,0	19.702,4	8.898,9	8.853,7	11.802,7	94.119,4	62.390,0	26.384,7	7.341,2	5.836,5	26.241,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	20.794,7	4.568,5	1.907,9	1.904,3	14.815,6	64.697,2	47.641,0	38.123,3	21.949,0	15.014,7	7.350,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.231.057,4	920.662,0	752.700,7	751.513,7	189.893,7	1.673.434,3	1.474.748,0	1.227.034,9	919.330,0	908.965,4	143.914,0
Ministério do Esporte	463.044,7	134.301,3	5.828,2	5.816,1	38.365,5	471.678,5	306.400,0	297.002,8	7.585,3	7.580,8	102.642,7
Ministério da Defesa	1.832.972,0	920.715,8	472.788,9	460.995,3	342.266,3	1.973.641,7	1.263.587,0	1.050.971,6	459.091,0	438.139,4	444.790,6
Ministério da Integração Nacional	2.294.057,0	735.611,7	241.663,3	142.735,3	211.297,3	1.813.485,6	769.348,0	693.013,4	186.954,5	127.171,2	531.550,1
Ministério do Turismo	650.898,9	173.265,7	6.009,1	5.549,8	59.071,2	885.069,1	405.283,0	376.124,6	18.167,0	18.166,3	146.720,4
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	94.678,8	44.620,8	44.610,6	24.142,8	210.095,1	115.123,0	108.289,4	57.515,8	57.483,9	21.689,8
Ministério das Cidades	2.098.401,8	690.787,9	124.706,5	114.889,8	407.427,7	2.288.351,3	1.080.208,0	843.666,3	42.586,8	42.178,8	574.508,9
TOTAL	21.426.056,0	9.601.908,4	4.214.064,7	3.801.431,7	3.555.184,4	22.071.853,6	15.005.276,0	11.082.086,4	3.832.675,8	3.340.871,8	6.708.478,0

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Novembro / 2006

Comentários

Em Novembro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 23,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.845.834,1 (mil), em Novembro de 2006, contra R\$ 3.934.486,5 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov / 2006	Nov / 2006	Jan a Nov / 2006
							Out / 2006	Nov / 2005	Jan a Nov / 2005
FPM	1.939.531,8	2.344.548,1	23.388.802,5	2.012.324,0	2.478.439,3	26.488.779,8	23,2 %	5,7 %	13,3 %
FPE	1.852.645,2	2.239.517,8	22.323.683,1	1.922.162,5	2.367.394,8	25.301.957,9	23,2 %	5,7 %	13,3 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Novembro de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Novembro	26,0 %	23,2 %	26,0 %	23,2 %	1,0 %	0,6 %

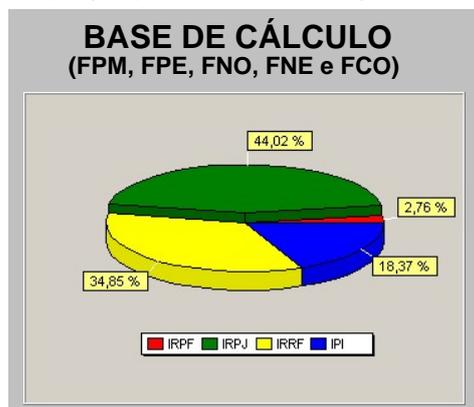
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	dez/nov	jan/dez	fev/jan
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	25,3 %	-5,0 %	-7,0 %
IPI-EXP	14,1 %	-9,0 %	-4,0 %

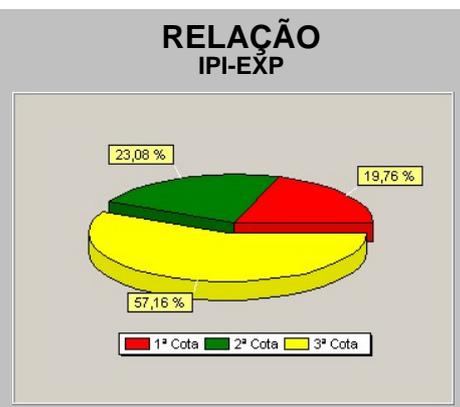
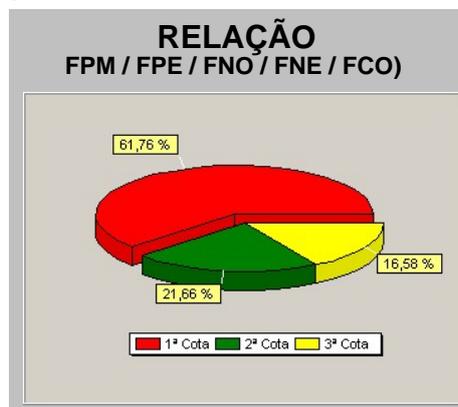
Composição dos Fundos

Em Novembro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2006 a 20/11/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Out/3º DEC	470.205	7.530.398,1	8.000.603,1	Nov/1º DEC	1.462.110,2	1.530.115,3	39.967,4	535.092,9	3.567.285,9
Nov/1º DEC	549.165,9	2.257.195	2.806.361	Nov/2º DEC	512.862,5	536.716,5	46.679,1	193.457,3	1.289.715,4
Nov/2º DEC	1.360.069,4	787.247,3	2.147.316,8	Nov/3º DEC	392.422,1	410.674,3	115.605,9	162.124	1.080.826,3
TOTAL	2.379.440,4	10.574.840,4	12.954.280,9	TOTAL	2.367.394,8	2.477.506,2	202.252,4	890.674,1	5.937.827,6
Nov/3º DEC	557.395,2	5.353.900,6	5.911.295,9	Dez/1º DEC	1.080.289,3	1.130.535,3	47.378,6	398.506,5	2.656.709,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	12.012	80.989	18	16.437
Alagoas	AL	58.260	98.486	687	27.987
Amazonas	AM	34.214	66.060	5.907	18.983
Amapá	AP	10.205	80.776	15	16.157
Bahia	BA	222.782	222.445	12.654	81.708
Ceará	CE	134.845	173.693	2.090	55.214
Distrito Federal	DF	4.914	16.340	88	3.964
Espírito Santo	ES	44.690	35.511	8.472	16.687
Goiás	GO	89.009	67.307	1.770	28.223
Maranhão	MA	96.655	170.883	2.128	61.423
Minas Gerais	MG	327.737	105.456	22.535	83.568
Mato Grosso do Sul	MS	36.808	31.534	1.443	12.616
Mato Grosso	MT	45.960	54.637	1.868	18.555
Pará	PA	91.073	144.695	8.441	51.455
Paraíba	PB	82.073	113.372	693	34.683
Pernambuco	PE	121.299	163.355	1.553	50.869
Piauí	PI	60.399	102.305	89	28.802
Paraná	PR	169.476	68.257	22.108	48.312
Rio de Janeiro	RJ	73.433	36.167	23.422	24.904
Rio Grande do Norte	RN	62.279	98.907	1.012	28.711
Rondônia	RO	21.319	66.656	289	15.637
Roraima	RR	11.895	58.728	12	12.474
Rio Grande do Sul	RS	166.047	55.747	27.654	46.427
Santa Catarina	SC	96.367	30.298	16.683	26.172
Sergipe	SE	35.776	98.372	140	23.759
São Paulo	SP	331.107	23.674	40.450	76.252
Tocantins	TO	37.804	102.745	33	24.828
Total		2.478.439	2.367.395	202.252	934.808

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maio	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	28/08/2006
Agosto	2006	20/09/2006
Setembro	2006	24/10/2006
Outubro	2006	24/11/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Novembro / 2006

Comportamento no Mês

Em Novembro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 3.357.936,5 (mil), contra R\$ 3.060.132,2 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 9,7% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 23,2% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Outubro	Participação	Novembro	Participação	Nov / Out
FPM	354.223	11,6 %	436.274	13,0 %	23,2 %
FPE	339.205	11,1 %	417.776	12,4 %	23,2 %
IPI-EXP	35.473	1,2 %	35.692	1,1 %	0,6 %
LC 87/96	24.345	0,8 %	24.345	0,7 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	20.722	0,7 %	20.722	0,6 %	0,0 %
ICMS	2.286.163	74,7 %	2.423.128	72,2 %	6,0 %
TOTAL	3.060.132,2	100,0 %	3.357.936,5	100,0 %	9,7 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
 Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
 CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

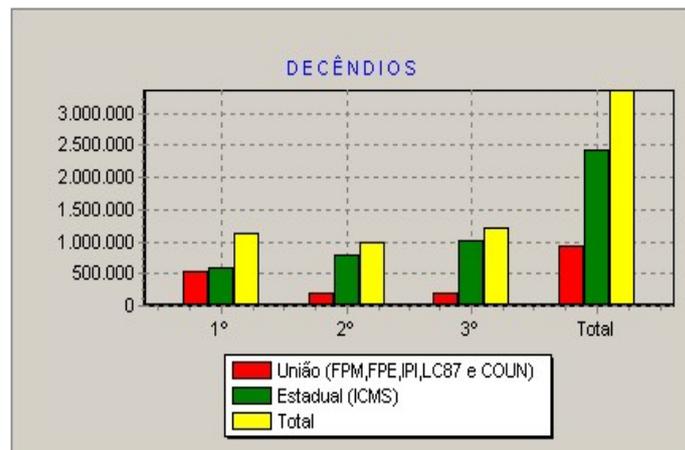
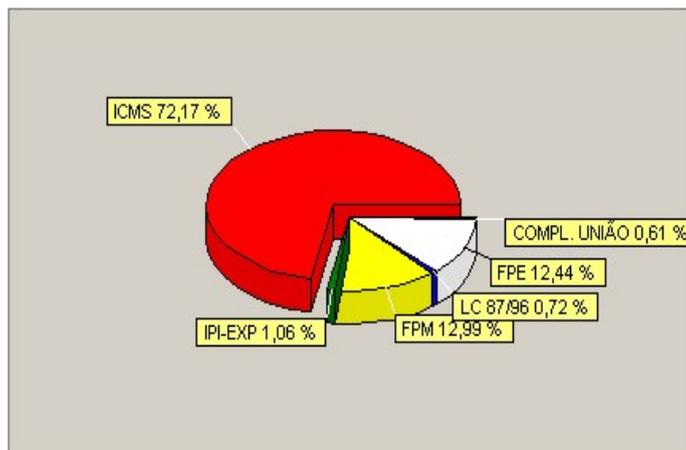
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
		R\$ Mil								
Acre	146.626	14.292	2.120	3	0	22	4.504	20.941	142,8	1.280,3
Alagoas	674.321	17.380	10.281	121	0	205	10.241	38.228	56,7	556,6
Amapá	127.625	14.254	1.801	3	0	99	3.628	19.785	155,0	1.357,6
Amazonas	745.772	11.658	6.038	1.042	0	246	43.538	62.521	83,8	719,9
Bahia	2.782.645	39.255	39.314	2.233	0	906	124.673	206.382	74,2	546,7
Ceará	1.531.674	30.652	23.796	369	0	397	63.491	118.705	77,5	561,8
Distrito Federal	300.965	2.883	867	16	0	197	0	3.964	13,2	118,9
Espírito Santo	497.527	6.267	7.887	1.495	0	1.039	53.317	70.004	140,7	1.214,8
Goiás	888.973	11.878	15.707	312	0	325	61.228	89.450	100,6	829,2
Maranhão	1.447.560	30.156	17.057	375	13.426	409	17.671	79.094	54,6	527,0
Mato Grosso	565.348	9.642	8.111	330	0	473	44.652	63.207	111,8	890,8
Mato Grosso do Sul	396.990	5.565	6.495	255	0	301	41.128	53.744	135,4	1.059,6
Minas Gerais	3.176.706	18.610	57.836	3.977	0	3.145	247.299	330.867	104,2	816,7
Paraíba	745.405	20.007	14.484	122	0	70	22.550	57.233	76,8	636,9
Paraná	1.527.232	12.045	29.908	3.901	0	2.458	119.648	167.960	110,0	963,8
Pará	1.533.369	25.534	16.072	1.490	7.296	1.064	86.948	138.403	90,3	526,5
Pernambuco	1.493.544	28.827	21.406	274	0	362	59.241	110.110	73,7	655,9
Piauí	639.212	18.054	10.659	16	0	74	13.412	42.213	66,0	589,3
Rio Grande do Norte	522.335	17.454	10.990	179	0	88	24.734	53.446	102,3	903,5
Rio Grande do Sul	1.503.203	9.838	29.261	4.880	0	2.448	157.442	203.869	135,6	1.135,4
Rio de Janeiro	2.005.935	6.382	12.959	4.133	0	1.430	188.700	213.603	106,5	887,5
Rondônia	295.378	11.763	3.762	51	0	61	18.126	33.763	114,3	950,4
Roraima	79.194	10.364	2.099	2	0	9	3.453	15.927	201,1	1.703,3
Santa Catarina	868.134	5.347	17.006	2.944	0	875	75.983	102.155	117,7	1.054,6
Sergipe	368.317	17.360	6.313	25	0	61	23.006	46.765	127,0	896,0
São Paulo	5.094.240	4.178	57.375	7.138	0	7.561	897.339	973.590	191,1	1.324,0
Tocantins	260.218	18.131	6.671	6	0	19	17.178	42.006	161,4	1.129,5
Total	30.218.448	417.775	436.274	35.691	20.722	24.345	2.423.128	3.357.935	111,1	863,2

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.